



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo N.º 41/2022
Inexibilidade de Licitação n.º 06/2022

OBJETO: Contratação de Assessoria e Consultoria para recuperação de crédito exploração de recursos minerais.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico a solicitação de emissão de Parecer Jurídico em relação a contratação de assessoria e consultoria para recuperação de crédito referente à tributos de incidentes sobre exploração de recursos minerais.

A licitação foi instaurada para atender solicitação do Secretário Municipal de Fazenda. O Prefeito autorizou a abertura do processo de licitação. A Comissão de Licitação está regularizada. O setor de contabilidade forneceu atestado de existência de dotação orçamentária. Estão anexadas as minutas do Edital, do Termo de Referência e do Contrato.

Era o que havia a relatar.

FUNDAMENTAÇÃO:

O setor de licitação solicitou emissão de parecer, nos termos do parágrafo único, do artigo 38 da Lei 8666/93, o qual transcreve-se:

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes da Lei nº 8666/93.



Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

O Secretário Municipal de Fazenda, Sr. Nilton Roberto Carrocini, solicitou a contratação de empresa especializada na recuperação judicial de créditos provenientes de compensação financeira de tributos referentes à recursos minerais.

Justifica que o município possui créditos a serem recuperados e que os recursos recuperados possibilitarão o desenvolvimento socio econômico do município.

A escolha pela contratação de assessoria técnica especializada é necessária em vista de que a prefeitura não possui em seu quadro de pessoal servidores municipais especializados com expertise em prestar tal tarefa.

A comissão de licitação constatou que a empresa proponente reúne plenas condições de ser contratada pela modalidade de licitação inexorabilidade.

Está anexada a comprovação da atuação no escritório de advocacia na recuperação de créditos tributários.

O procedimento foi instaurado com autorização do prefeito Martins Dias de Oliveira.

A modalidade da licitação é a inexorabilidade de licitação nos termos do art. 25, Inciso II, c/c art. 13, Incisos III e V da Lei nº 8.666/93, visando a contratação direta do escritório NUNESGOLGO-SOCIEDADE DE ADVOGADOS.

O Edital em suas Diretrizes Gerais menciona como referência legal o permissivo do art. 74, III, da Lei n.º 14.133/21, em razão de tratar-se de contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual, com especialidade técnica e notória especialização.

A menção aos dois diploma legais (Lei n.º 8666/93 e Lei n.º 14.133/21) contraria o artigo nº 191, da Lei 14.300/2021, no sentido de o gestor não ter a opção de licitar com fundamento em ambas as leis ao mesmo tempo. No caso, é nítida a escolha pela Lei n.º 8666/93.

Cediço que a definição precisa do objeto é exigência da Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, que dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

No caso em tela, o Edital descreve adequadamente o objeto descrevendo que se trata de contratação de empresa para prestação de serviços técnicos visando a recuperação de créditos tributários. A descrição contém ainda os valores estimados a serem recuperados, os percentuais que serão pagos em caso de êxito e o valor máximo que será pago em caso de êxito na recuperação.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

O Termo de Referência ainda define a maneira como a prestação dos serviços que estão sendo contratados.

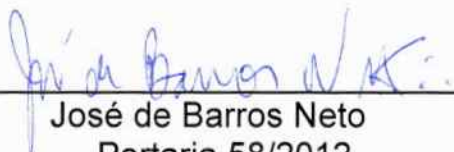
A minuta do contrato atende aos requisitos da Lei n.º 8666/93, com ressalva em relação à vinculação à Lei nº 14.133/21.

Desta forma, no presente caso, está evidenciada a existência de situação de inexigibilidade de licitação de que trata o art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Estando o processo devidamente instruído com os documentos necessários à análise, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação, o qual submeto, respeitosamente a apreciação superior, para que reanalise o objeto e decida pela contratação.

S. M. J.

Porto Esperidião, 30 de maio de 2022.



José de Barros Neto
Portaria 58/2012

José de Barros Neto
PREFEITO MUNICIPAL